

Água do rio Paraopeba não tem condições para consumo, aponta estudo

Categories : [Salada Verde](#)

A água do rio Paraopeba está imprópria para consumo e apresenta níveis elevados de metais pesados, como manganês, cobre e cromo. É o que informa a Fundação SOS Mata Atlântica, que apresentou, nesta quarta-feira (27), o relatório [Observando os Rios - O retrato da qualidade da água na bacia do rio Paraopeba após o rompimento da barragem Córrego do Feijão – Minas Gerais.](#)

A ONG percorreu 21 municípios e analisou a qualidade da água em 305 quilômetros do rio Paraopeba, desde o Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, até a Usina de Retiro Baixo, em Felixlândia. A expedição percorreu 2 mil quilômetros entre os dias 31 de janeiro a 9 de fevereiro.

De acordo com o levantamento, dos 22 pontos analisados, 10 apresentaram resultado da água como ruim e 12 péssimo.

Os níveis de cobre, por exemplo, deveriam ser de no máximo 0,009mg/L no rio Paraopeba, de acordo com a norma vigente ([Resolução Conama 357](#)), mas em alguns pontos chegou a 4mg/L do metal. Para manganês, alguns locais chegaram a apresentar até 3mg/L, sendo que o limite é de 0,1mg/L. O cromo é limitado em 0,05mg/L, mas verificou-se a presença de 2,0mg/L em alguns pontos.

“Os metais presentes na água nessas quantidades são nocivos ao ambiente, à saúde humana, à fauna, aos peixes e aos organismos vivos. Eles são reconhecidamente poluentes severos e podem causar diversos danos aos organismos, desde interferências no metabolismo e doenças, até efeitos mutagênicos e morte”, afirma Marta Marcondes, professora e coordenadora do Laboratório de Análise Ambiental do Projeto Índice de Poluentes Hídricos (IPH), Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Segundo o relatório, a recuperação da qualidade da água e da segurança hídrica da região são de difícil previsão, por isso é crucial a adoção de medidas efetivas para mitigar os danos ambientais produzidos com a tragédia, restabelecer e regenerar o rio e seus ecossistemas. “Para o êxito das medidas de gestão e recuperação, é fundamental que a legislação brasileira, sobretudo o Licenciamento Ambiental e o Código de Mineração, não sejam flexibilizados para atender a pressões setoriais. E é primordial que os responsáveis por essa tragédia sejam punidos”, informa o documento.

Dia 25 de fevereiro fez um mês do rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, pertencente à Vale. Segundo o último boletim do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, o número de óbitos confirmados é de 179 e de desaparecidos, 129.

Saiba Mais

[Observando os Rios- O retrato da qualidade da água na bacia do rio Paraopeba após o rompimento da barragem Córrego do Feijão – Minas Gerais.](#)

Leia Também

<https://www.oeco.org.br/noticias/relatorio-classifica-agua-do-rio-doce-como-pessima/>

<https://www.oeco.org.br/noticias/lama-de-brumadinho-deve-chegar-ao-rio-sao-francisco-em-ate-tres-semanas/>

<https://www.oeco.org.br/noticias/vale-repete-mariana-e-rejeitos-poderao-chegar-ao-rio-sao-francisco/>